

PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

INTRODUÇÃO

A partir da Conferência Rio-92, a discussão sobre os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente e a conseqüente perda de biodiversidade adquiriu importância global, estabelecendo uma nova base de negociação e colaboração entre países e mobilizando a sociedade. Nesse evento, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) foi aberta para assinatura e, atualmente, conta com a adesão de 193 partes. Desde então, temas como mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e desenvolvimento sustentável tornaram-se itens permanentes das agendas ambientais de diversos países.

As partes integrantes da CDB têm reunido periodicamente e, em outubro de 2010, adotaram o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. Esse plano atualizado e revisado inclui os “Alvos da biodiversidade de Aichi” que são compostos por 20 metas, agrupadas em cinco objetivos estratégicos. Esses tratam de questões que vão desde o estímulo ao desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade terrestre e marinha até o combate aos fatores que provocam pressão direta aos ecossistemas. Os objetivos abordam ainda questões como o aumento do conhecimento sobre o valor da biodiversidade e a mobilização de recursos financeiros.

O Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011 – 2020 prevê que serão elementos chave para atingir as metas estabelecidas a definição de objetivos nacionais e a atualização e revisão dos Planos de Ação e Estratégias Nacionais para a Biodiversidade (NBSAPs). Acredita-se que esses elementos são fundamentais para atingir a finalidade da CDB de assegurar a conservação, a utilização sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos da biodiversidade (United Nations, 1992).

O Brasil avançou significativamente na implementação dessa convenção, sendo um dos poucos países da América Latina que adotou oficialmente uma estratégia nacional para a Biodiversidade. Todavia, apesar de ter desenvolvido políticas específicas para lidar com questões relativas à biodiversidade, identificou falhas nas abordagens. Nesse sentido, apontou a necessidade de criar instrumentos mais práticos contendo: metas, objetivos, diretrizes e indicadores viáveis. Assim como relatou que a distinção destes elementos deve ser clara, os

responsáveis pela execução devem ser identificados e as fontes orçamentárias serem bem definidas (Brasil, 2010).

Diante deste cenário, o Governo de Minas Gerais propôs a elaboração do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade que é um dos sub-projetos que compõe o projeto estratégico Conservação da Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga sob coordenação do Instituto Estadual de Florestas. Esses projetos fazem parte do Programa estruturador de Qualidade Ambiental que estão alinhados com as diretrizes do Plano Mineiro de desenvolvimento Integrado 2007 – 2023. Cabe destacar que a visão de futuro do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011 – 2020 e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado estão em consonância apresentando escalas diferentes, sendo essas respectivamente: “Viver em harmonia com a natureza” e “Tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver”.

O Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade será construído em três fases sendo que, na primeira, pretende-se traçar um panorama da biodiversidade do Estado, na segunda, intenciona-se levantar as questões transversais, desafios e oportunidades e, na terceira, elaborar um plano de ação para a conservação da biodiversidade com o envolvimento dos diversos setores da sociedade. Cabe destacar que a inclusão dos setores que impactam a biodiversidade é essencial para a construção do plano.

Dessa forma, a partir de uma construção participativa, acredita-se que será possível elaborar um plano que seja incorporado em programas e políticas de governo. Além disso, espera-se que os produtos das pesquisas científicas, o conhecimento adquirido pelo monitoramento e a avaliação de cada fase implementada servirão de subsídio para um processo de revisão permanente desse instrumento.

JUSTIFICATIVA

Biológica

O Estado pode ser subdividido nos biomas **caatinga, cerrado e mata atlântica**. Dentre esses, os dois últimos encontram-se na lista de hotspots, áreas que devido ao alto grau de endemismo e elevada pressão antrópica são considerados áreas prioritárias para a conservação no planeta (Myers et al., 2000). Além disso, os **campos rupestres, as matas secas, as cavernas e as áreas de terras úmidas** são ecossistemas que merecem especial atenção e estão inseridos nesses biomas. Cabe destacar que no território mineiro foram identificadas 112 áreas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, sendo 17 de especial importância biológica

(Drummond et al., 2005). Outro dado importante é que 1.127 espécies da flora e 273 espécies da fauna encontram-se ameaçadas de extinção (Drummond et al., 2008). Tanto essas espécies quanto as regiões de destacada relevância ecológica encontram-se dispersas em uma área de 586.528 Km², que representa, aproximadamente, 7% do território brasileiro (IBGE, 2011).

Social

A manutenção da diversidade biológica e dos povos e comunidades tradicionais devem estar alinhadas, uma vez que para o sucesso de uma é indispensável que a outra também ocorra. Nesse sentido, o Decreto Federal 6.040, de 02 de fevereiro de 2007, aponta a necessidade de propor ações e políticas públicas que considerem as dimensões sociais e econômicas e assegurem o uso sustentável dos recursos naturais. Sendo assim, é relevante que o Plano Estadual de Proteção a Biodiversidade seja elaborado considerando a sociodiversidade mineira, ou seja, integrando informações e traçando estratégias que também atendam as comunidades quilombolas, vazanteiros, gerazeiros, povos indígenas e outros.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade foi concebida em três etapas: 1) panorama da biodiversidade, 2) Questões transversais, desafios e oportunidades e 3) Plano de ação para a conservação da biodiversidade.

1 - Panorama da biodiversidade

O panorama da biodiversidade em Minas Gerais será preparado em conjunto com especialistas e com base nas informações disponíveis (como por exemplo: o Zoneamento Ecológico Econômico, o Atlas de Áreas Prioritárias para Conservação, o livro Vermelho das espécies Ameaçadas de Extinção, o Biota Minas, e os Relatórios Nacionais).

A fim de cumprir essa etapa, um grupo de trabalho definiu os principais temas (capítulos) e subtemas a serem abordados para contextualizar a biodiversidade em Minas Gerais (Anexo 01). Em seguida, foram indicados os coordenadores para cada capítulo que comporão o Panorama. Esses serão responsáveis por contatar os pesquisadores e colher o termo de adesão dos mesmos. Após definir os especialistas que participarão dessa etapa, os mesmos terão, aproximadamente, 2 meses para encaminhar a minuta do texto. Essa, após a revisão, comporá o documento 01 do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade: Panorama da biodiversidade.

2 - Questões transversais, desafios e oportunidades

Nessa etapa, com o apoio do Núcleo de Gestão Ambiental e a participação dos responsáveis pela elaboração e gestão das políticas setoriais no estado de Minas Gerais, será realizada uma consulta institucional com o objetivo de traçar um diagnóstico atualizado das ações relacionadas com a biodiversidade no âmbito dos setores governamentais. A informação coletada irá contribuir para a construção de instrumento de planejamento estratégico, que deverá apresentar uma visão integrada, interdisciplinar e fornecer diretrizes que permitam uma adequada gestão da biodiversidade no território mineiro. O questionário abordará como temas principais:

- a) Qual a visão da secretaria.
- b) Quais as atividades relacionadas a secretaria que possuem interface positiva com a biodiversidade.
- c) Quais são as atividades relacionadas a secretaria que impactam a biodiversidade.
- d) Quais são as atividades que devem ser executadas no futuro (desafios e oportunidades que permitam o desenvolvimento sustentável).

Essas informações serão copiladas, avaliadas e revisadas e utilizadas como informação básica para elaboração do documento 02 do Plano Estadual de Proteção à biodiversidade: Questões transversais, desafios e oportunidades.

3 – Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade.

O Plano de Ação será elaborado de forma participativa, envolvendo os diversos setores da sociedade. Além disso, será construído de forma regionalizada e terá as bacias hidrográficas como referência para unidade de planejamento. Nesse sentido, pretende-se realizar uma série de workshops que permitirão apontar as particularidades regionais e prever ações mais específicas para a conservação da biodiversidade. As informações levantadas nesses workshops comporão o documento 03 do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade e servirão de diretrizes para a elaboração das políticas de governo.

REFERÊNCIAS

Brasil, 2007. Decreto Federal nº 6.040, de 02 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasil, 2010. Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: . Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio.

Drummond, G.M., Machado A.B.M., Martins C.S., Mendonça M.P. e Stehmann, J.R., 2008. Listas vermelhas das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção em Minas Gerais. Belo Horizonte. Fundação Biodiversitas. CD-Rom.

Drummond, G.M., Martins C.S., Mendonça M.P., Machado A.B.M., Sebaio F.A. e Antonini Y., 2005. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação. Segunda edição. Fundação Biodiversitas: Belo Horizonte. 208p.

IBGE, 2011 Área Territorial oficial

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>

Myers, N., R. Mittermeier, C. Mittermeier, G. Fonseca, e J. Kent (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* (403), 853–858.

United Nations, 1992. Convention on Biological Diversity.